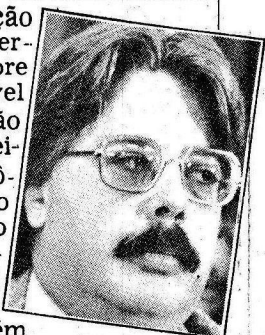


Como obter juros menores. Receita de Afonso Pastore.

O economista Afonso Celso Pastore, secretário da Fazenda do governo Maluf, apresentou ontem, em Porto Alegre, a sua proposta para a superação dos problemas da dívida externa do Brasil e de outros países em desenvolvimento. A solução, segundo ele, é a "renegociação ordenada da dívida, equacionando-a em conjunto com o sistema financeiro internacional e com a cooperação do mundo desenvolvido, visando ao crescimento do comércio exterior, à redução das taxas de juros e à suplementação dos recursos financeiros derivados do FMI e do sistema bancário pelos bancos centrais das nações industrializadas".

A favor do trio

Em palestra feita em uma reunião-almoço na federação das associações comerciais gaúchas, Pastore mostrou-se favorável à política de atuação dos ministros brasileiros da área econômica, junto com o presidente do Banco Central. Ele considera correto o Brasil ter recorrido ao FMI como também



agora ao Clube de Paris. "Dessa maneira, será possível estancar o crescimento da dívida externa e assim chegar, através da sua renegociação, a aumentar em 20% as nossas exportações e até obter taxas de juros de 6%", afirmou o economista, acentuando que, assim, haverá recomposição da capacidade de poupança. Entende, porém, que, para o crescimento econômico, há necessidade de o governo dar maior flexibilidade à expansão monetária e ser mais austero nos gastos públicos.

Afonso Celso Pastore se mostrou contrário à tese do PMDB de uma moratória unilateral, por entender que ela provocaria uma recessão econômica maior do que a atual. "O Brasil é dependente de petróleo e teria de enfrentar um período imprevisível de racionamento, pois não teríamos mais financiamentos, extensivos também aos bens de capital e insumos básicos", advertiu, lembrando ainda que uma parcela importante das exportações brasileiras dependem de financiamentos internacionais.

Instrumento alternativo

Ao salientar que, para o reordenamento da economia, é preciso atacar todos os setores ao mesmo tempo, o economista paulista afirmou que o Decreto-Lei 2.045 é apenas um instrumento alternativo e paliativo do governo para evitar um maior desemprego. "Acredito que o 2.045 será benéfico, pois auxiliará na baixa da inflação e, conjuntamente, provocará o crescimento econômico. Pressinto que a taxa de inflação em setembro já será inferior a 9%, portanto bem mais baixa do que nos últimos meses. Basta notar a queda acentuada dos preços no comércio", disse Afonso Pastore, revelando, no entanto, que a solução final da questão salarial deve ser a livre negociação entre empregadores e empregados, "só que isso implica numa alteração da lei de greve e da que rege os sindicatos, entre outras".

O ex-secretário da Fazenda de São Paulo é de opinião de que a previsão do governo de fechar o ano com equilíbrio nas contas externas se confirmará.